

COMUNICAÇÃO DE MASSA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA**ANTONIO DE MORAES***

Educadores, perplexos e impotentes, assistem à avalanche de informações despejadas cotidianamente pelo rádio e pela televisão. Não há preconceito que possa atenuar este dado simples de realidade. Não há como camuflar o poder de fogo dos meios de comunicação de massa, nem como ignorar a influência que exercem sobre toda uma geração. A comunicação social, no entanto, é uma área nova do conhecimento e, portanto, carente de sistematizações teóricas abrangentes que possam constituir referenciais seguros para análise e conhecimento de um campo que, por vezes, passa por mero instrumento exótico a serviço do lazer barato ou do estímulo ao consumo, numa sociedade de classes.

Se, entre os próprios especialistas da comunicação, a reflexão teórica sobre a produção, veiculação e recepção da informação de massa ainda é incipiente, entre educadores poucas têm sido as oportunidades de refletir sobre os meios de comunicação, seu potencial de influência sobre crianças e jovens e sobre os próprios educadores; suas possibilidades de se tornarem alternativa ou complemento educacional. Raras foram as oportunidades em que educadores discutiram a possibilidade de ocupação de espaços nos meios de comunicação de massa.

Não que não existam produções ditas educativas e voltadas para a clientela escolar, para capacitação de recursos humanos em educação, ou para aquilo que os controladores dos próprios meios entendem como educação popular. Mas, seguramente, estas produções estão desvinculadas da discussão educacional, e presas à visão de comunicação própria de técnicos e especialistas dos meios de comunicação de massa. Uma visão atrelada a conceitos de indústria cultural, para dizer o mínimo.

A simples existência dessas produções indica o alijamento de educadores do processo de produção dos conteúdos de rádio e TV. Mas, muito mais do que isso, indica a ausência de bases teóricas de sustentação do produto educacional veiculado pelos meios de comunicação eletrônicos.

Nesse sentido, será interessante ocupar este espaço para levantar algumas considerações que poderão servir, na melhor das hipóteses, para despertar nos educadores a consciência de que a aceitação ou rejeição dos meios de comunicação de massa em processos educativos não poderá prescindir de uma discussão que procure situar e compreender a função e a natureza desses veículos em relação ao processo de educação e ao processo de manipulação industrial das consciências.

Talvez na consciência dos indivíduos se localize uma das pontas desse intrincado novelo tecido de ideologia, uma vez que todo indivíduo tende a se considerar livre nos domínios dela.

* Assessor do Gabinete da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação, São Paulo. (Endereço do autor: Rua João Ramalho, 1.546 — Perdizes — 05.008 — São Paulo, SP.)

No entanto, já em sua *Ideologia alemã*, de 1845, Marx definia que a “consciência foi, desde o princípio, produto da sociedade e continuará a sê-lo enquanto existirem homens”.

E enquanto produto das relações de produção, a consciência, ainda que falsa, passa a constituir-se em algo passível de ser produzido industrialmente, sobretudo no mundo moderno marcado pela industrialização e pelo avanço tecnológico.

E o veículo dessa produção — entendida como manipulação industrial — passa a ser exatamente os meios de comunicação de massa, como demonstra Hans Magnus Enzensberger em *La manipulación industrial de las consciencias*.¹

Não é por acaso que as grandes potências mundiais definem regras rígidas de controle dos canais de frequência de rádio e de televisão, no plano mundial, e que os governos dos países periféricos cuidam zelosamente de preservar estatizados os canais que a ordem internacional lhes reservou. Manter rígido controle sobre as frequências e sobre as agências de informação significa deter a propriedade da produção industrial das consciências, forma direta de controle social.

Mas seria indispensável apreender o processo de manipulação industrial como de natureza unitária, monolítica e isenta de ambigüidades. Os meios de comunicação de massa ainda não atingiram a maturidade, mas já constituem uma indústria com movimento próprio, que se vale de movimentos intrínsecos, contrários a si mesmos para encontrar seu ponto de equilíbrio. E a natureza desses movimentos não pode ser controlada.

É inegável que toda sociedade capitalista — assim como as socialistas e as comunistas da forma como estão organizadas hoje — é dirigida por uma minoria. No entanto, a burguesia dominante do capitalismo ou a burocracia do socialismo não são um corpo homogêneo. Pelo contrário, apresentam-se dominadas por contradições internas inerentes à constituição de grupos e facções rivais.

Ao dominarem os meios de comunicação de massa, evidentemente, as lutas intestinas acabam por vir à tona nos próprios meios de comunicação, usados como indústria de manipulação. Tornam-se, assim, o espelho que reflete as contradições da classe dominante. Com efeito, no Brasil, nunca ficaram tão evidentes as contradições burguesas como na recente luta pelo poder do Estado, através das últimas eleições direta e indireta.

Os meios de comunicação de massa, forçados por seus movimentos internos, traem seus donos, revelando suas fraquezas.

Mas, ainda assim, o desvelamento das contradições pelos meios de comunicação é importante fator de controle social e de manutenção do *status quo* da classe dominante. Os meios de comunicação são capazes de envolver as pessoas na maior controvérsia política de que se teve notícia na história dos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, contribuem para a exclusão das pessoas de qualquer participação real no poder e no processo. Enfim, cumprem um destino: manipular consciências para a ilusão participativa.

No caso presente, essa discussão importa à medida que se utilizam canais de rádio e televisão em processos educacionais. E esta discussão deve ser de dois níveis: a opção ou não pela utilização dos meios de comunicação, conhecendo-lhes o caráter e a natureza, pelo menos para que evitem as atitudes ingênuas de alguns adeptos mais ou menos inconseqüentes; e a discussão que se deve dar em torno da propriedade dos canais de frequência de rádio e TV.

¹ Enzensberger, Hans Magnus. *La manipulación industrial de las consciencias*. São Paulo, 1966. mimeogr.

Nos regimes educacionais autoritários, nada mais lógico do que empregar todos os esforços na massificação da informação a partir da visão monolítica dos detentores do poder, mesmo com o risco de fazer aflorar as contradições e ambigüidades. Historicamente, o processo educacional nunca ultrapassou o estigma de aparelho ideológico. É preciso derrubar o mito da informação neutra e restituir-lhe o caráter manipulador.

Em processos educacionais que se pretendem democráticos, mesmo em se considerando o conceito mais ou menos genérico de democracia liberal, novas variáveis interferem na análise, como, por exemplo, o que se considerar como sendo processo educacional democrático. Seria aquele que objetiva a apropriação, pelas classes populares, do conhecimento que se acumula nas mãos das elites? Ou aquele que o encara como distribuição equitativa do conhecimento? Ou aquele que se limita a discursar sobre a necessidade de existência de vagas para todos? Ou o que encara como natural o processo de competitividade?

Para ficarmos com apenas uma das idéias expostas, superficialmente tocada — a de que um processo educacional democrático objetivaria a apropriação, pelas classes populares, do conhecimento que se acumula em função do trabalho de todos —, e ao levantarmos a hipótese da realização do objetivo com o concurso dos meios de comunicação de massa, estaríamos diante de insólita situação: para que todos se apropriem do conhecimento acumulado, pressuporíamos a emissão desses conhecimentos a todos. Esta emissão, para isolar uma única variável, estaria forçosamente, pela estrutura atual dos meios de comunicação, sob o controle e seleção de técnicos e especialistas dos meios de comunicação e da educação, o que equivale dizer nas mãos de uma elite. O processo de seleção, edição e controle já transformaria em farsa o objetivo de o receptor apropriar-se de todo o conhecimento acumulado em função do trabalho de todos.

O impeditivo está exatamente na propriedade dos meios de produção material e intelectual, o que leva a crer que apenas com a detenção dos meios de produção pelas classes majoritárias se torna possível democratizar o que quer que seja.

Vale dizer, em tempos de Constituinte: a verdadeira democratização dos meios de comunicação de massa só será concreta quando as classes majoritárias tiverem o controle de canais. No caso dos canais educativos, quando a comunidade for, efetivamente, a proprietária do meio, independente do poder do Estado. Mas ao se ter claro que os meios de comunicação de massa são a ferramenta mais importante da indústria de manipulação das consciências, por que não concluir que todos os canais são, pela natureza, educativos?

Summary

This article is in itself a warning against the danger that is the manipulation of mass media by small number of people with economic power especially in the realm of educational processes. The study conveys a recommendation to the Constituent Assembly: democratization of means of mass communication, ascribing to the majorities the right to control the channels, free from any State interference.